

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí - SC / Secretaria Municipal da Fazenda no que tange a este processo, cujo objeto é a contratação de instituição financeira para operar, com exclusividade, a folha de pagamento dos servidores da Administração Direta, incluindo ativos, inativos, pensionistas e comissionados; com possibilidade de concessão de empréstimos consignados (sem exclusividade).

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal da Fazenda.

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo/função	Matrícula	E-mail
Marcelo Luís Colla	Diretor Executivo de Atendimento	1910602	marcelo.colla@itajai.sc.gov.br
Leonardo Castro Pasko	Diretor Financeiro	1083402	leonardo@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A operação da folha de pagamento exige infraestrutura tecnológica, segurança da informação e capacidade de atendimento presencial e digital que justifiquem a terceirização deste serviço para uma instituição financeira qualificada.

Dentre os objetivos da contratação destacam-se:

- Eficiência administrativa, ao transferir à instituição contratada a responsabilidade por operacionalizar a folha de pagamento;
- Segurança jurídica e financeira, com garantia de sigilo e conformidade legal;
- Economia de recursos públicos, ao transformar um serviço em potencial fonte de receita para o Município (cessão onerosa);
- Benefícios indiretos aos servidores, como atendimento bancário amplo, isenção de tarifas e acesso a produtos financeiros.

Logo, considerando o fim próximo da vigência do contrato (07/12/2025) atual que teve por objeto a contratação de instituição bancária para prestação de serviços de pagamento de vencimentos, salários, proventos e similares aos servidores ativos e inativos, foi iniciado o estudo a fim de verificar como seriam realizados os referidos pagamentos após o término do contrato.

Atualmente a Prefeitura de Itajaí processa, no mínimo, 9.755 (Nove mil setecentos e cinquenta e cinco) pagamentos aos servidores públicos por mês, abrangendo ativos, inativos e pensionistas, geridos pelo Instituto de Previdência de Itajaí (IPI).

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Não há previsão no Plano de Contratação Anual (PCA).

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A Administração Pública Municipal pretende contratar, mediante processo licitatório, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com o objetivo de promover a centralização e a eficiência no gerenciamento da folha de pagamento dos servidores públicos. A medida busca atender à necessidade de modernização da gestão de recursos humanos e financeiros, com segurança, confiabilidade e comodidade aos servidores.

Requisitos mínimos esperados da prestação de serviços:

1. Folha de Pagamento (serviço exclusivo):

- a. Processamento e pagamento da folha dos servidores ativos, inativos, pensionistas e comissionados;
- b. Sistema de integração segura com a plataforma de gestão de pessoal da Prefeitura;
- c. Garantia de crédito na conta salário até o 5º dia útil de cada mês.

2. Concessão de Empréstimos Consignados (sem exclusividade):

- a. Possibilidade de concessão de empréstimos com desconto em folha, respeitando normas do BACEN e legislação vigente;
- b. Taxas de juros competitivas e acessíveis;
- c. Integração com sistema de consignações da Prefeitura, sem ônus.

4. Outros requisitos esperados:

- a) Processamento e pagamento exclusivo da folha dos servidores ativos, inativos, pensionistas e comissionados;
- b) Atendimento presencial em agência ou posto físico no Município de Itajaí, com estrutura adequada;
- c) Sistema de segurança da informação e proteção de dados pessoais;
- d) Disponibilidade de canais digitais (internet banking, aplicativo, atendimento remoto);
- e) Cumprimento dos prazos de migração, implantação e funcionamento.

5. Outros requisitos gerais:

- a. Vigência contratual estimada: 60 meses, prorrogável conforme legislação aplicável;
- b. 01(um) caixa de autoatendimento na sede da Prefeitura;
- c. Contratação sem ônus para o Município;
- d. Atendimento mínimo em todos os dias úteis, em horário compatível com o expediente da Prefeitura;
- e. Atendimento remoto e digital acessível a todos os usuários.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A quantidade de serviço é estimada em 5 (cinco) anos, considerando que o mesmo deverá ser prestado de modo ininterrupto a partir do início da prestação do serviço que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDADE	VALOR UNITÁRIO (Por servidor)	VALOR TOTAL (Valor unitário x 9.755 servidores)
1	Contratação, com exclusividade na operação de Folha de Pagamento dos Servidores da Administração Pública Municipal - viabilizando a possibilidade de operar empréstimos, estes sem exclusividade, com consignação em folha de pagamento aos servidores estatutários, ativos, inativos e pensionistas; dos demais servidores, comissionados ou não da Administração Direta; concessão de direito de realizar atividades de Serviços Bancários, concessão de direito de recolhimento de impostos, taxas municipais e serviços de expediente; prestando os serviços com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.	SERVIÇO	9.755	R\$ 2.263,16	R\$ 22.077.125,80

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Sabe-se que é possível realizar pagamentos de algumas formas, sendo as mais viáveis entre elas:

- (1) nos mesmos moldes da já realizada atualmente (através da geração automática de arquivos pelo sistema da folha de pagamento, com os dados individualizados dos servidores presentes no sistema eletrônico da folha de pagamento), e;
- (2) através de transferência bancária individual realizada manualmente pela secretaria da Fazenda.

Na realidade atual, a segunda alternativa se torna inviável pelos seguintes motivos:

- (a) alto volume de processamento, exigindo diversas horas de dedicação exclusiva de servidores para lançar os pagamentos no sistema bancário, o que seria um retrocesso nas atividades visto que hoje a única necessidade são os dois comandos no sistema (um para geração do arquivo, e um segundo para transmitir ele);

- (b) possibilidade de erros de digitação, ocasionando pagamentos incorretos aos servidores;
- (c) ameaça na segurança de informações;
- (d) também se observa que seguir com as atividades dessa forma não condiz com a informatização que vimos implementando nos processos.

Quando observamos a primeira alternativa, nos deparamos com desafios diferentes da segunda. Se no pagamento manual há o custo da hora de um servidor para efetuar todos os lançamentos, quando optamos por transmitir os arquivos em um único banco, entra a questão das tarifas bancárias das transações realizadas. Porém, ao utilizar com exclusividade um único banco para realização dos pagamentos relacionados aos servidores, todos os servidores terão conta aberta no referido banco, aumentando o volume de movimentações bancárias e financeiras no banco, uma vez que somente a folha de pagamento mensal bruta gira numa média de R\$ 88.000.000,00 (oitenta e oito milhões de reais) mensais, sendo que o valor líquido está em aproximadamente R\$ 62.0000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais) mensais.

Tendo isso em vista, a opção com melhor custo/benefício ao município é seguir da mesma forma que foi realizada a última licitação de mesmo objeto, na modalidade em que o município recebe da instituição financeira um montante por ganhar a exclusividade dos pagamentos dos servidores ativos, inativos, pensionistas e estagiários, mediante crédito em conta salário. Inclusive porque quando se compara a pirâmide salarial da última licitação, com a atual, percebe-se um aumento no volume de servidores, com um aumento de 12,86% no montante de servidores (ativos e inativos), dados que também representam um montante maior circulando no banco que processa estes pagamentos. Com isso, será encaminhado ao Departamento de Compras e Licitações (DLC) para providenciar a contratação de instituição financeira.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando a última licitação, que tinha em seu termo de referência um valor inicial calculado com base em 8.435^[1] servidores, e que teve o lance vencedor em R\$ 14.434.370,42, tendo um valor médio por servidor de aproximadamente R\$ 28,52 (em 2020) a época.

Outro ponto a ser considerado, é o crescimento dos quantitativos de servidores, pulando dos 8.435 servidores (ativos inativos), para os atuais 9.755 servidores, conforme demonstrando nas pirâmides abaixo:

Tabela 1: Pirâmide Salarial- Servidores Ativos PMI (Competência Junho/2025)

REMUNERAÇÕES POR FAIXA DE VENCIMENTOS - ATIVOS PMI	
	JUNHO
Até R\$ 3.000,00	333 Servidores
Entre R\$ 3.000,00 e R\$ 5.000,00	2269 Servidores
Entre R\$ 5.000,00 e R\$ 6.000,00	948 Servidores
Entre R\$ 6.000,00 e R\$ 9.000,00	2221 Servidores
Entre R\$ 9.000,00 e R\$ 12.000,00	784 Servidores
Entre R\$ 12.000,00 e R\$ 17.000,00	686 Servidores
Entre R\$ 17.000,00 e R\$ 20.000,00	96 Servidores
Acima de R\$ 20.000,00	174 Servidores
TOTAL	7511

Tabela 2: Pirâmide Salarial- Inativos + Ativos Instituto de Previdência de Itajaí (IPI)³

PIRÂMIDE INATIVOS + ATIVOS INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ	
RENDA	NÚMERO DE SERVIDORES
ACIMA DE R\$ 8.000,00	886
ENTRE R\$ 4.000,00 E R\$ 7.999,99	589
ENTRE R\$ 2.000,00 E R\$3.999,99	330
ENTRE R\$ 1.200,00 E R\$ 1.999,99	266
ENTRE R\$ 700,00 E R\$ 1.199,99	11
ATÉ R\$ 699,00	0
TOTAL	2082

Tabela 3: Pirâmide Salarial - Servidores Ativos SEMASA (Competência Julho/2025)

PIRÂMIDE POR FAIXA DE RENDIMENTOS - ATIVOS SEMASA	
Faixa Salarial	NÚMERO DE SERVIDORES
Até 3000,00	0
Entre 3.000,00 e 5.000,00	25
Entre 5.000,00 e 6.000,00	43
Entre 6.000,00 e 9.000,00	36
Entre 9.000,00 e 12.000,00	7
Entre 12.000,00 e 17.000,00	24
Entre 17.000,00 e 20.000,00	1
Total:	141

ROL DE CNPJ'S PARTICIPANTES

Em atendimento às exigências legais e de transparência, registra-se o rol das entidades que participaram do Pregão Eletrônico, cujo objeto trata da contratação de serviços relacionados à Folha de Pagamento do Município de Itajaí.

Entidade	CNPJ
Município de Itajaí	83.102.277/0003-14
Fundo Municipal de Saúde de Itajaí	08.259.606/0001-58
Fundação Cultural de Itajaí	02.362.976/0001-30
Fundação Genésio Miranda Lins	83.820.894/0001-93
Fundação Municipal de Esporte e Lazer – FMEL	76.702.190/0001-50
Instituto Itajaí Sustentável – INIS	03.842.931/0001-25
Serviço Municipal de Água e Saneamento Básico – SEMASA	05.472.936/0001-39

Dada a situação, propusemos a revisão dos valores, conforme justificativa técnica abaixo:

JUSTIFICATIVA TÉCNICA – GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

1. Objetivo

A presente justificativa técnica tem por finalidade embasar a definição do valor de R\$ 22.077.125,80 (vinte e dois milhões, setenta e sete mil, cento e vinte e cinco reais e oitenta centavos) a ser exigido como contrapartida financeira pela concessão da exclusividade da gestão da folha de pagamento dos servidores ativos/inativos do Município de Itajaí por instituição financeira.

2. Base de Cálculo

Item	Valor
Folha de Pagamento mensal estimada BRUTA	R\$ 88.000.000,00
Folha de Pagamento mensal estimada LÍQUIDA	R\$ 62.000.000,00
Duração prevista do contrato	60 meses (5 anos)
Movimentação total estimada no período, considerando valores líquidos em 07/2025	R\$ 4.030.000.000,00 - conforme projetado na tabela de evolução da FOPAG – 2026/2030.

3. Critérios de Justificativa

a) Retorno financeiro esperado para a instituição bancária

As instituições financeiras se beneficiam da exclusividade da folha com receita proveniente de:

- Ofertas de crédito consignado
- Taxas de manutenção e serviços
- Emissão de cartões e pacotes de serviços
- Produtos de investimento e seguros
- Fidelização de clientes

Conforme padrões observados em concorrências públicas similares e análises financeiras de mercado, estima-se que as instituições obtenham retorno entre **1,5% e 3% ao ano** sobre o volume movimentado da folha salarial.

Tabela Comparativa de Retorno Financeiro:

Percentual de Retorno Anual	Retorno Total (5 anos)	Comparação com Contrapartida (R\$ 25 mi)
1,5% (mínimo)	R\$ 279.000.000,00	7.8% do retorno mínimo
2,0% (médio)	R\$ 372.000.000,00	5.8% do retorno médio
3,0% (máximo)	R\$ 558.000.000,00	3.9% do retorno máximo

Conclusão: O valor de R\$ 22.077.125,80 representa uma parcela inferior a 45% do retorno mínimo esperado, demonstrando razoabilidade e atratividade para a instituição financeira.

b) Análise por Servidor e Mercado

Indicador	Valor	Referência de Mercado
Valor por servidor (9.755)	R\$ 2.263,16	Alinhado a contratos similares
% sobre movimentação total	0.6%	Média de 0,5% a 1,5% em editais

3. Conclusão

Data/Referência	Descrição	Base de Cálculo	Valor (R\$)
08/2020 – 07/2025	Valor do certame em 2020:	R\$ 14.434.380,00	R\$ 22.077.125,80
	Atualizado pelo IPCA até 07/2025	R\$ 19.801.581,91	
	Crescimento de servidores (de 8.435 para 9.755)	12,86%	

Logo, o valor proposto de R\$ 22.077.125,80 é técnica e financeiramente justificado, considerando:

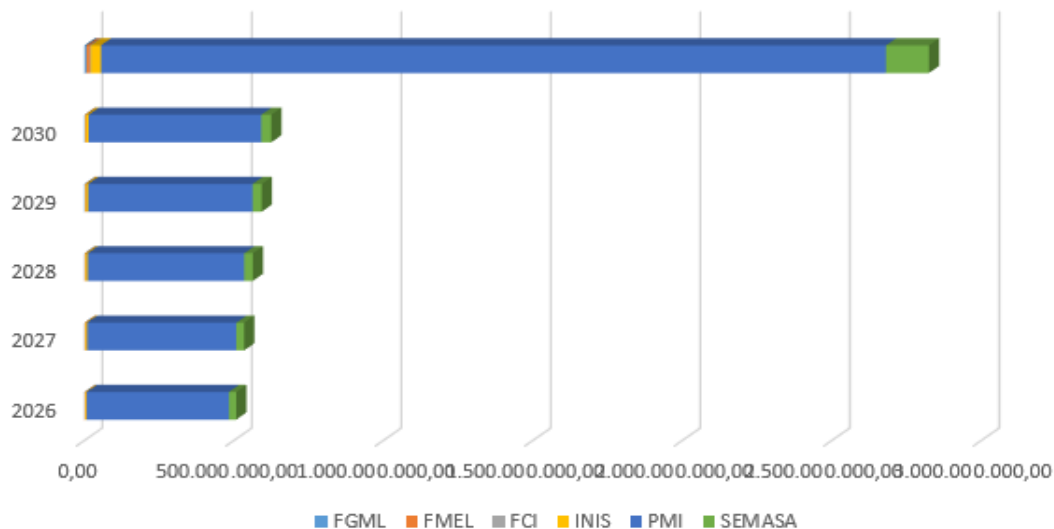
1. **Volume expressivo projetado** (R\$ 3,30 bilhões em 5 anos);
2. **Retorno garantido** para a instituição (R\$ 55,8 mi no cenário conservador);
3. **Alinhamento com práticas de mercado** (valores por servidor e percentuais competitivos).

Portanto, a exigência assegura **equilíbrio entre os interesses do Município e da instituição financeira**, viabilizando uma parceria vantajosa para ambas as partes.

Entidade	2021	2022	2023	2024	2025 (Jan-Jul)	2025 (Proj. Ago-Dez)	Total 2025 (Estimado)	Crescimento 2021-2025
FGML	R\$ 1.068.412,07	R\$ 1.297.294,87	R\$ 1.280.520,65	R\$ 1.412.112,94	R\$ 732.017,35	R\$ 508.800,42	R\$ 6.299.158,40	16,20%
FMEL	R\$ 1.485.389,37	R\$ 1.703.490,11	R\$ 1.863.803,14	R\$ 1.918.096,56	R\$ 1.054.637,56	R\$ 687.104,10	R\$ 8.712.420,84	17,30%
FCI	R\$ 570.050,92	R\$ 768.632,72	R\$ 791.428,62	R\$ 870.203,44	R\$ 377.522,90	R\$ 312.477,74	R\$ 3.690.316,34	21,00%
INIS	R\$ 1.923.548,27	R\$ 2.583.769,85	R\$ 2.890.815,84	R\$ 3.354.768,45	R\$ 1.880.633,73	R\$ 1.824.515,84	R\$ 14.458.051,98	92,60%
PMI	R\$ 335.857.958,19	R\$ 379.500.094,94	R\$ 415.984.605,88	R\$ 452.128.829,74	R\$ 229.295.629,74	R\$ 223.210.909,64	R\$ 2.035.978.028,13	34,70%
FEAPI	R\$ 492.114,38	R\$ 576.190,55	R\$ 604.139,08	R\$ 730.713,86	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.403.157,88	-
SEMASA	R\$ 16.543.210,55	R\$ 18.098.765,42	R\$ 19.587.654,33	R\$ 21.054.321,77	R\$ 13.222.926,99	R\$ 9.444.947,85	R\$ 97.951.826,91	37,02%
TOTAL GERAL	R\$ 357.942.604,76	R\$ 404.530.260,56	R\$ 443.004.990,54	R\$ 481.471.070,76	R\$ 246.563.368,27	R\$ 235.988.755,59	R\$ 2.169.492.960,48	34,60%

Projeção da Folha de Pagamento em Moeda Corrente (2025-2030)							
Entidade	2025 (Estimado)	2026 (Proj.)	2027 (Proj.)	2028 (Proj.)	2029 (Proj.)	2030 (Proj.)	Crescimento 2025-2030
FGML	R\$ 1.240.817,77	R\$ 1.321.470,93 (+6,5%)	R\$ 1.413.973,90 (+7%)	R\$ 1.505.882,70 (+6,5%)	R\$ 1.611.294,49 (+7%)	R\$ 1.724.085,10 (+7%)	39,00%
FMEL	R\$ 1.741.741,66	R\$ 1.863.663,58 (+7%)	R\$ 1.994.120,03 (+7%)	R\$ 2.133.708,43 (+7%)	R\$ 2.283.068,02 (+7%)	R\$ 2.442.882,78 (+7%)	40,20%
FCI	R\$ 690.000,64	R\$ 738.300,69 (+7%)	R\$ 789.981,74 (+7%)	R\$ 845.280,46 (+7%)	R\$ 904.450,09 (+7%)	R\$ 967.761,60 (+7%)	40,30%
INIS	R\$ 3.705.149,57	R\$ 4.446.179,48 (+20%)	R\$ 5.335.415,38 (+20%)	R\$ 6.402.498,46 (+20%)	R\$ 7.682.998,15 (+20%)	R\$ 9.219.597,78 (+20%)	148,60%
PMI	R\$ 452.506.539,38	R\$ 475.131.866,35 (+5%)	R\$ 498.888.459,67 (+5%)	R\$ 523.832.882,65 (+5%)	R\$ 550.024.526,78 (+5%)	R\$ 577.525.753,12 (+5%)	27,60%
SEMASA	R\$ 22.667.874,84	R\$ 24.481.305,83 (+8%)	R\$ 26.439.810,29 (+8%)	R\$ 28.555.994,63 (+8%)	R\$ 30.840.473,20 (+8%)	R\$ 33.304.111,06 (+8%)	47,00%
TOTAL	R\$ 482.552.123,86	R\$ 507.982.786,86	R\$ 534.862.760,99	R\$ 563.276.247,33	R\$ 593.357.810,73	R\$ 625.184.191,44	29,60%
						R\$ 3.307.215.921,21	

Gráfico de Evolução



IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A realização de processo licitatório permitirá identificar a melhor proposta, tanto sob o ponto de vista técnico quanto financeiro, gerando receita pública sem impacto orçamentário direto, com ganhos para a Administração e para os servidores.

A solução escolhida pela Administração, é através da geração automática de arquivos pelo sistema da folha de pagamento, com os dados individualizados dos servidores presentes no sistema eletrônico da folha de pagamento, por meio de Processo de Pregão Eletrônico, do tipo maior lance para contratação de Instituição Financeira responsável por operacionalizar os proventos dos servidores municipais, pelo período de 60(sessenta) meses.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não se aplica.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não se aplica.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação pretendida possibilitará aos servidores ativos, inativos, pensionistas e estagiários receberem através de conta bancária individual e específica os valores destinados aos mesmos. Pagamento seguro e eficiente aos servidores do município. Mantendo o processo de inserção dos pagamentos ao banco de maneira informatizada, sem intervenção manual nos dados dos pagamentos.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação em questão dispensa a realização de ações prévias por parte da Administração Pública, uma vez que os procedimentos relativos ao objeto licitado ocorrem de maneira digital. Além disso, ressalta-se que a instalação de 01(um) posto de atendimento bancário nas dependências do Paço Municipal é optativo, conforme previsto também no Termo de Referência, recaindo sobre a Instituição Financeira vencedora do certame.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não vislumbramos impactos ambientais.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<hr/> Marcelo Luís Colla Matrícula: 1910602 Itajaí, 28 de agosto de 2025	<hr/> Leonardo Castro Pasko Matrícula: 1083402 Itajaí, 28 de agosto de 2025

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Datado e assinado digitalmente.

Itajaí/SC, agosto de 2025.

Rodrigo Leonardo Vargas Silveira
Secretário Municipal da Fazenda